

FMI exige fim de subsídios

O Fundo Monetário Internacional avançou ontem em mais uma exigência drástica para o ajustamento da economia brasileira este ano. Depois de exigir que o déficit público, em torno de Cr\$ 95 trilhões, seja zerado em 1985, e estipular um corte de Cr\$ 40 trilhões nos gastos do Governo, o FMI determinou que as empresas estatais pratiquem preços realistas, ao contrário do que ocorre no momento, quando o Governo pratica um congelamento dos seus preços para tentar segurar a inflação.

Segundo o secretário-geral do Ministério do Planejamento, Andrea Calaby, o FMI está exigindo medidas drásticas para conter o déficit e elas somente serão aliviadas se o Governo passar a conceder preços reais para as tarifas públicas, como energia elétrica, telefone, petróleo, açoes planos etc. Caso contrário, crescerá o nível de subsídios e, portanto, do déficit. Não está ainda definido se realmente o corte deverá ser de Cr\$ 40 trilhões, mas Calaby admitiu que este foi o número colocado pelo Fundo para ser discutido. A tática do Governo, porém, é diluir os cortes ao longo de 18 meses, tempo de duração do novo acordo, até zerá-lo no final do próximo ano.

Metade do déficit, disse Calaby, corresponde a encargos financeiros e é in-

comprimível, sendo, portanto, necessário, realizar cortes no restante dos gastos públicos. Como o déficit está sendo calculado entre Cr\$ 85 trilhões e Cr\$ 92,5 trilhões, a metade corresponderá a aproximadamente Cr\$ 45 trilhões. Para cobri-la, disse, o Governo estuda uma conjugação de medidas que deverá contemplar aumento de impostos, emissão de moeda e de títulos a corte nos gastos.

Calaby achou exagerada a previsão de que o governo fará um esforço para aumentar em Cr\$ 20 trilhões a arrecadação tributária. Destacou, porém, que a Receita Federal está fazendo estudo minucioso para aperfeiçoar os instrumentos de arrecadação e evitar a sonegação, pois dificilmente este ano será possível, pela lei, aumentar ou votar novos impostos.

Sobre zerar o déficit este ano, conforme deseja o FMI, o governo discorda, acha que poderá reduzi-lo possivelmente à metade, porém, para o próximo ano a meta de zerá-lo já está sendo considerada pelos negociadores brasileiros. Calaby negou enfaticamente que os representantes da Seplan, na Comissão oficial, tenham defendido uma expansão de 300% na emissão de moeda (base monetária). Segundo ele, isso jamais aconteceu.